

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ REGIONAL CENTRO-OESTE

Data: 28/10/2010

Horário: 9h00min às 13h00min

Local: Adress West Side Hotel
Av. República do Líbano, 2.526,
Setor Oeste, Goiânia-GO.**Programa
Gás Legal**

Presentes	
ANP Coordenador do Programa Gás Legal	OIAMA PAGANINI GUERRA
ANP	Marcelo da Silva, Elizabeth Maboni Kruehl, Manoel P. Castro Neto, Severino Ferreira Filho
MINISTÉRIO PÚBLICO GAECO – MATO GROSSO DO SUL	Amilcar Araújo Carneiro Jr.
DELEGACIA DO 24º DP – DISTRITO FEDERAL	Fernando Batista. Fernandes (Delegado), Ailton Rodrigues, Hailton S. Cunha e Jônatas J. S. Silva.
CORPO DE BOMBEIROS – GOIÁS - Representantes	Leônidas Eduardo Dias e Helder B. de Oliveira
CORPO DE BOMBEIROS – TOCANTINS - Representante	José Coelho de Oliveira
CORPO DE BOMBEIROS – MATO GROSSO DO SUL - Representante	Fernando Ávalos
SEFAZ – GOIÁS Representante da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás	Maurício Costa
SINDIGAS Presidente	Sérgio Bandeira de Melo
SINDIGAS	Daniel Braga, Hélvio Varjão, Osírio Lima, Ariston Araújo
SINERGAS - Secretário Executivo do Comitê Regional Centro-Oeste	Zenildo Dias do Vale
SINCEGAS Secretario Executivo do Comitê Regional Nordeste II e Nacional	Raimundo Soares Rezende Filho
SINDVARGÁS – DFI Presidente	Alberto Rodrigues de Sousa
SINDVARGÁS – DF	Janair Carvalho da Silveira
SIRTRAGAS – TO Presidente	Cilton Rodrigues Pereira
SIREGAS – MT Presidente	José Humberto Botura
FERGABRAS - DF Presidente	Edmar Pereira da Silva
SIMPERGASC – MS Representante	Eduardo de Paula Souza
FENG – SP Presidente	Giovani Buzzo
SINERGAS – MS Presidente	Euclides Rondon Martins
NACIONAL GÁS BUTANO	Fernando Rezer, Adguismar Martins, Eliomar de O. Euzébio, Antônio Carlos Matos Rocha, Mário Wellington Perazzo.
SUPERGASBRAS/SHV	Sílvio Mamede, Ricardo Tonietto, Luis Eduardo Serrano.
ULTRAGAZ	Marcos M. Muller
LIQUIGÁS	Luiz Antonio Veras, Karine S. Cabral.
GASBALL	Ali Kadri
COPAGAZ	Edson Luiz S. Maia, Rui Cesar Macedo, Márcio A. Silva

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ REGIONAL CENTRO-OESTE

Data: 28/10/2010

Horário: 9h00min às 13h00min

Local: Adress West Side Hotel
Av. República do Líbano, 2.526,
Setor Oeste, Goiânia-GO.

Programa
Gás Legal



TEMÁRIO: - Instalação do Comitê; - Banco de Denúncias; - Identificação do Ponto de Venda Irregular; - Identificação do abastecedor do Ponto de Venda Irregular; - Experiências passadas; - Ações conjuntas ANP e autoridades locais; - Definição de local para a próxima reunião e sugestão de datas para as subseqüentes.

1. Deliberações sobre os temas da pauta

- 1) ANP enfatizou a necessidade de que o trabalho de combate ao comércio irregular de GLP seja contínuo, sem interrupções visando a um melhor resultado, evitando-se ações inócuas;
- 2) O papel do Ministério Público no Programa é muito importante para avaliar os processos de atuação da ANP, com vistas às providências que se fazem necessárias para tanto, inclusive no sentido de assinaturas de Termos de Ajustamento de Conduta – TACs, tanto a nível nacional como regional;
- 3) As revendas legalizadas devem assumir o lugar no mercado dos pequenos comércios irregulares, que representam um perigo para a comunidade;
- 4) Promover uma maior participação das autoridades no Programa, inclusive das respectivas Secretarias estaduais da Fazenda, visando a uma fiscalização mais intensa nos estabelecimentos autuados, a fim de verificar a existência de ilícitos tributários, como forma inclusive de desestimular o revendedor que não seja autorizado, chegando até mesmo a interditar o estabelecimento, se for o caso. A idéia é demonstrar para o comerciante que vai ficar muito caro para ele não ser revendedor autorizado de GLP;
- 5) Restou acordado sobre a relevância de trazer os órgãos de trânsito para uma atuação conjunta no Programa, visando à fiscalização dos veículos irregulares móveis que são utilizados na entrega do gás;
- 6) As operações no âmbito do Programa devem ser de impacto, de forma articulada, para dar resultado.
- 7) Deve-se buscar a obtenção das informações sobre os efetivos fornecedores dos estabelecimentos irregulares, num trabalho coordenado entre as Delegacias dos Consumidores e o Ministério Público e que se possa dar um tratamento diferenciado para os que contribuam com as autoridades.
- 8) Nos casos das revendas que não são reguladas pela ANP, como supermercados, por exemplo, a ANP fica limitada a adotar medidas adicionais, podendo tão somente apreender o produto e aplicar multa.
- 9) ANP está concluindo o estudo para o agravamento da penalidade para o fomentador da atividade clandestina, cuja multa hoje é menor que a aplicada ao revendedor irregular, de forma a aumentar a pena de acordo com a gravidade do ato e tamanho do estabelecimento.
- 10) Convidar para uma participação mais efetiva no Programa representantes dos municípios, pois são estes que emitem os Alvarás de Funcionamento dos comércios e precisam colaborar com o Programa.
- 11) Como a ANP remete os processos ao Ministério Público, é importante que todas as informações obtidas por qualquer órgão público através da abertura de um processo, devem ser remetidas à Agência para conhecimento e adoção de medidas complementares.
- 12) Ficou registrada a solicitação no sentido de uma prorrogação do prazo para recadastramento das revendas do estado de MT junto à ANP, pois o prazo estabelecido não será suficiente;
- 13) Estímulo da autoridade interessada para a assinatura de convênio com a ANP.
- 14) O Sindigás providenciará a elaboração de cartilhas (impressas e por meio digital) para que haja uma melhor comunicação dos objetivos do Programa junto à população, colocando-as à disposição das distribuidoras e revendas visando à sua divulgação.
- 15) Sobre a qualificação da revenda, ficou decidido que a questão diz respeito à relação comercial entre distribuidora e revenda. A ANP está disposta a colaborar no que tange ao treinamento ou qualificação, visando uma profissionalização da classe.
- 16) ANP solicitou que todos repassassem as denúncias ao banco de dados da ANP, no seu site: www.anp.gov.br, podendo ser utilizado também o sistema criado pelo Sindigás, através do site: www.sindigas.org.br.
- 17) Ficou deliberado que a próxima reunião do Comitê Centro-Oeste será em Cuiabá-MT, nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2011.

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ REGIONAL CENTRO-OESTE

Data: 28/10/2010

Horário: 9h00min às 13h00min

Local: Adress West Side Hotel
Av. República do Líbano, 2.526,
Setor Oeste, Goiânia-GO.

Como conclusão das discussões levadas a efeito no evento, 6 pontos foram ressaltados:

- 1) A questão preocupante do Mato Grosso, que precisa de uma atenção mais intensa, envolvendo as autoridades, de modo a trazê-las para o bojo do Programa.
- 2) Maior participação dos órgãos públicos – é preciso convidar mais autoridades para os próximos encontros regionais;
- 3) A confecção da Cartilha é importante e deve ser implementada pelo Sindigás, tanto em forma impressa como por meio eletrônico para ser disponibilizada às distribuidoras e revendas que queiram reproduzi-la;
- 4) Aplicação de valor diferenciado para fianças, no caso de prisão, para o agente irregular que se dispuser a colaborar na identificação do abastecedor. Este assunto já foi objeto de outras reuniões regionais, tendo as autoridades policiais se manifestado favoráveis a este tipo de procedimento, sobre o qual deve-se avançar, pois é uma boa ferramenta para ser utilizada;
- 5) Questão do Judiciário e divulgação da Lei nº 8.176/91, que define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoque de Combustíveis, temas este que já foram abordados na última reunião do Comitê Nacional – é importante que o Ministério Público promova o trabalho junto ao Poder Judiciário, trazendo autoridades deste Poder para participarem do Programa. O Comitê Nacional sugeriu inclusive fazer uma espécie de treinamento para levar as informações pertinentes aos integrantes do Judiciário.
- 6) O maior problema do abastecimento do irregular está nos grandes revendedores, que estão fomentando a clandestinidade, cujas medidas devem ser direcionadas a eles.

Ações definidas	Responsável	Prazo
Ação ininterrupta do combate ao comércio irregular do GLP	Todos integrantes do Comitê	Início imediato
Avaliação dos processos de autuação da ANP pelo Ministério Público	ANP e MP	Após a emissão do Auto de Infração
Realização de reunião em Brasília com os integrantes locais do Comitê para alavancar as ações do Programa	Secretário-Executivo do DF e parceiros	Até 30 dias
Assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta – TAC entre Ministério Público e demais envolvidos	MP e Distribuidoras e Revendas	Contínuo
Promover a assinatura de um TAC nacional, que possa ser utilizado em todo o país	MP e envolvidos	De imediato
Participação efetiva da Secretaria da Fazenda de cada Estado para apurar infrações tributárias	SEFAZ dos Estados	Contínuo
Integrar no processo os órgãos de trânsito para fiscalização dos veículos móveis de transporte de GLP	Comitês Regionais	Imediato
Tratamento diferenciado para os clandestinos que venham a contribuir com as autoridades	ANP	Contínuo
Estudo para agravamento da penalidade ao revendedor irregular	ANP	Breve
Buscar o envolvimento das autoridades municipais no Programa	Comitês Regionais	Imediato
Repassar à ANP as informações obtidas por qualquer órgão público mediante abertura de processo	Comitê Regional e autoridades locais	Imediato
Próxima reunião do Comitê Centro-Oeste em Cuiabá-MT, nos dias 21 e 22.02.11	ANP, Sindigás, Comitê Regional e parceiros	Até fevereiro 2011.
Envolver as autoridades do Tocantins para a reunião de Cuiabá.	Comitê Regional e parceiros do Tocantins	Até fevereiro 2011.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.